



MILLPAR S.A.

CNPJ nº 44.611.387/0001-98 - NIRE 4130031462



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Diante de um ambiente incerto e em transformação, a Millpar em 28 de fevereiro de 2022 concluiu exitosamente a implementação do projeto de reestruturação societária e reorganização dos processos operacionais, aprovado pelo seu Conselho de Administração no ano anterior. A partir do mês de março passou a operar nas suas duas unidades, Guarapuava e Quedas do Iguaçu de forma integrada e exclusivamente voltada à produção industrial. Com foco de atuação exclusivo no beneficiamento de madeira para exportação de produtos de alto valor agregado, a estratégia permitiu à Millpar acelerar o seu processo de consolidação industrial com ganhos de eficiência e competitividade, potencializando a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Os três primeiros trimestres de 2022 foram marcados por preços e volumes históricos no mercado americano, oportunizando a Companhia por meio de uma estratégia comercial atenta e focada, expandir os seus volumes de produção e a captura de maior marketshare, contribuindo para a obtenção de relevantes resultados econômicos e financeiros no período. O cenário excepcionalmente benigno alterou-se radicalmente no último trimestre de 2022, no qual constatou-se forte desaceleração da demanda e queda acentuada nos preços dos nossos produtos, exigindo a pronta adequação da Companhia a nova conjuntura de retração do mercado. Neste sentido foram adotadas medidas de ajustes na produção com o redimensionamento da unidade de Quedas do Iguaçu e a otimização do processo industrial e logístico em Guarapuava. O exercício de 2022 foi marcado por dois eventos que merecem destaque para o negócio da Companhia: primeiro, a Millpar deu continuidade a sua estratégia de fortaleci-

mento da cadeia de suprimentos, investindo mais de R\$ 100 milhões na aquisição de matéria-prima florestal, assegurando o seu ciclo operacional de curto e médio prazo; segundo, a partir de investimentos de aproximadamente R\$ 50 milhões, foi ampliada a capacidade fabril da planta de Guarapuava, cujo início das operações está previsto para ocorrer no segundo semestre de 2023. A realização desses relevantes investimentos contribui de modo decisivo para um melhor posicionamento da Companhia diante da transformação estrutural do mercado, cada vez mais consolidado, competitivo e globalizado. No plano financeiro a Millpar alcançou em 2022 um EBITDA de R\$ 184 milhões, contribuindo diretamente para a desalavancagem financeira, de modo que a Companhia apresenta atualmente posição positiva de caixa líquido. O Lucro Líquido atingiu R\$ 105 milhões permitindo a manutenção de uma política estável de distribuição de dividendos aos acionistas, conforme proposta da Administração a ser submetida à deliberação em assembleia. Nossa visão para o futuro é de aceleração nas transformações da Indústria de Molduras e seus agentes, o que exigirá uma capacidade de adaptação da Millpar para manter sua condição de protagonista nesse novo cenário. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da empresa estão alinhados e motivados para enfrentar esses novos desafios. Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação, engajamento e resultados alcançados, frutos de muito trabalho e dedicação; ao Conselho de Administração e aos nossos acionistas, pela confiança que nos foi depositada.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Circulante			Circulante			Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social	158.860	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	325.586	-	Fornecedores (Nota 13)	16.201	-	Ajustes de:		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	17.708	-	Partes relacionadas (Nota 14)	1.939	-	Exaustão dos ativos biológicos (Nota 11)	37.773	-
Estoques (Nota 7)	119.425	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	133.557	-	Depreciações e amortizações (Nota 19)	21.154	-
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	4.953	-	Salários e contribuições sociais	6.355	-	Despesas (Recettas) financeiras, líquidas	(283)	-
Adiantamentos a fornecedores	5.190	-	Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	4.912	-	Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	7.369	-
Outros créditos (Nota 9)	2.854	-	Dividendos a pagar (Nota 17d)	40.000	-	Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	4.550	-
	475.716	-	Adiantamento de clientes	9.084	-	Gainho (Perda) na baixa e alienação de imobilizado (Nota 19)	1.373	-
Não circulante				212.048	-	Desajogo sobre venda de crédito ICMS (Nota 20)	2.930	-
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	7.062	-	Não circulante			Varições nos ativos e passivos		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	2.551	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	184.689	-	Contas a receber	85.413	-
	9.613	-		184.689	-	Estoques	(51.700)	-
Ativo biológico (Nota 11)	80.762	-	Total do passivo	396.737	-	Impostos e contribuições a recuperar	(27.763)	-
Imobilizado (Nota 12)	169.210	-	Patrimônio líquido			Adiantamentos a fornecedores	(5.061)	-
Intangível	143	-	Capital social (Nota 17a)	226.828	-	Outros créditos	(4.074)	-
	250.115	-	Reservas de capital (Nota 17b)	46.564	-	Fornecedores	14.498	-
	259.728	-	Reservas de lucros	65.315	-	Partes relacionadas	1.939	-
Total do ativo	735.444	-	Total do patrimônio líquido	338.707	-	Impostos e contribuições a recolher	3.415	-
			Total do passivo e patrimônio líquido	735.444	-	Salários e contribuições sociais a pagar	(1.548)	-
						Adiantamento de clientes	8.944	-
						Caixa gerado nas operações	262.289	-
						Impostos e contribuições de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(4.045)	-
						Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.278)	-
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	218.506	-
						Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
						Compras de imobilizado e intangível (Nota 12)	(25.491)	-
						Valor recebido pela venda de imobilizado	138	-
						Ativo biológico (Nota 11)	(109.908)	-
						Caixa recebido na reestruturação societária (Nota 1.1a)	37.179	-
						Fluxos de caixa das atividades de investimento	(98.082)	-
						Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
						Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	238.730	-
						Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(33.568)	-
						Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	205.162	-
						Aumento de caixa e equivalentes de caixa	325.586	-
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	-	-
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	325.586	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Reservas de lucros		Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido
		Reserva de Capital	Reserva legal		
Em 1º de janeiro de 2021	-	-	-	-	-
09/12/2021	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Acevo líquido incorporado ao capital (Notas 1.1a e 17b)	226.828	46.564	-	-	273.392
Lucro do exercício	-	-	-	105.315	105.315
Destinação do Lucro:					
Dividendos mínimos estatutários (Nota 17d)	-	-	-	(25.012)	(25.012)
Dividendos adicionais propostos (Nota 17d)	-	-	-	(14.988)	(14.988)
Constituição e reversão de reservas	-	-	5.266	60.049	(65.315)
Em 31 de dezembro de 2022	226.828	46.564	5.266	60.049	338.707

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Millpar S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Guarapuava - PR onde está instalada sua principal unidade industrial com filial em Quedas do Iguaçu-PR. A Companhia tem por objeto social a industrialização, comércio, importação e a exportação de produtos agroflorestais, a prestação de serviços a terceiros na área industrial e florestal, bem como os serviços fitossanitários. A Millpar possui 100% do seu capital nacional, sendo controlado pela acionista majoritária Madeireira Giacomet S.A., que detém 68,31% das ações da companhia. Ainda são acionistas da Companhia as empresas Marodin Participações S.A. com 16,70%, Omardion Participações e Investimentos Ltda com 9,02%, Fratelli Fabris Participações com 5,36% os demais acionistas possuem 0,61% das ações. A Administração aprovaram a emissão das demonstrações financeiras em 17 de fevereiro de 2023. 1.1. **Principais Eventos Ocorridos Durante o Exercício de 2022** A **Reestruturação Societária** da Millpar S.A. foi constituída em 09 de dezembro de 2021, mas passou a operar em 01 de março de 2022, após os acionistas aprovarem a reestruturação societária da empresa Araupel S/A. A decisão fez parte da estratégia da Administração com o propósito de gerar valor aos acionistas e demais stakeholders mediante a segregação e singularização das operações industriais e dos ativos fundiários, permitindo ganhos de eficiência e melhorias na governança decorrentes da maior autonomia operacional e societária. A data base do acevo líquido absorvido na reestruturação é de 28 de fevereiro de 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	37.179
Contas a receber de clientes	102.215
Estoques	67.699
Impostos e contribuições a recuperar	845
Adiantamentos a fornecedores	1.126
Outros créditos	2.283
Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	1.753
Ativo biológico	80.762
Imobilizado	166.819
Intangível	127
Total do ativo	388.673
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	1.080
Empréstimos e financiamentos	16.747
Salários e contribuições sociais	7.903
Adiantamento de clientes	140
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	88.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	948
Total do passivo	115.281
Acevo líquido cindido	273.392

b) Efeitos da Pandemia COVID-19 Em 2022, mesmo com o arrefecimento da pandemia, a Millpar seguiu adotando medidas preventivas internamente para evitar casos de Covid-19 entre seus colaboradores. No mês de agosto, a Companhia promoveu dia de vacinação em sua sede, em Guarapuava e em Quedas do Iguaçu, estabelecendo quarentenas em caso de infecção. As medidas preventivas tomadas a terceira ou a quarta dose e já estivessem na faixa etária adequada para tanto. A Millpar adota como regra que todos tivessem efetuado pelo menos as três primeiras doses. Neste dia foram vacinados com doses de reforço cerca de 120 colaboradores. As ações de prevenção demandaram investimentos com a compra e disponibilidade de álcool gel em todos os setores. Com a queda no número de casos em todo o País e com menos gravidade nos efeitos da doença, não houve nenhum impacto na produção ao longo de todo o ano. **c) Conflito entre Rússia e Ucrânia** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e medidas, não afetaram os negócios da Companhia. Até o presente momento esse conflito não trouxe nenhuma consequência para a Companhia. A administração vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos em suas operações, monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis implicações futuras que possam surgir como resultado da crise em andamento.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de Preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com o caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos e propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas nos itens 2.2. **2.2. Conversão de Moeda Estrangeira (a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e Saldos** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como variação cambial, líquida. **2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, ordens de pagamento em moeda estrangeira recebidas de clientes do exterior e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos imediatos de até três meses, e o custo insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos Financeiros 2.4.1. Classificação** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: **(a)** Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); **(b)** Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado. A Companhia classifica os seguintes ativos e passivos financeiros ao custo amortizado: **(a)** Caixa e equivalentes de caixa; **(b)** Contas a receber de clientes; **(c)** Adiantamento a fornecedores; **(d)** Outros créditos; **(e)** Fornecedores; **(f)** Empréstimos e financiamentos; **(g)** Para ativos e passivos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados em resultados abrangentes. **2.4.2. Reconhecimento e Desreconhecimento** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.3. Mensuração** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.4.4. Impairment de Ativos Financeiros** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento do risco de crédito. **2.5. Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes e outros créditos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). **2.6. Estoques** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é de a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.7. Ativos Biológicos** Os ativos biológicos são

mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas nas Notas 2.1.6 e 11. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola colhido/vendida, avaliada por seu valor justo. **2.8. Imobilizado** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com o ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os custos subsequentes, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo da transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.12. Provisões** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são estabelecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou formalizada (constitue obrigação) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de juros apropriada. O encargo de imposto de renda e a contribuição social decorrente do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é lançado em uma conta separada para o lucro líquido do período no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades a Companhia e sua controlada atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando o apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade corrente, em geral, quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral, quando com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Capital Social** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Reconhecimento da Receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas históricas, considerando o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é de a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.7. Ativos Biológicos** Os ativos biológicos são

mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas nas Notas 2.1.6 e 11. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola colhido/vendida, avaliada por seu valor justo. **2.8. Imobilizado** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com o ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os custos subsequentes, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo da transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.12. Provisões** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são estabelecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou formalizada (constitue obrigação) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de juros apropriada. O encargo de imposto de renda e a contribuição social decorrente do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é lançado em uma conta separada para o lucro líquido do período no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades a Companhia e sua controlada atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando o apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade corrente, em geral, quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral, quando com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Capital Social** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Reconhecimento da Receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas históricas, considerando o custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é de a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.7. Ativos Biológicos** Os ativos biológicos são

mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos. As premissas significativas na

MILLPAR S.A.

utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2022 foi equivalente a R\$272,85 /m³ para o Pinus. Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria em queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizou o custo médio de capital ponderado de 7,29%.

12. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Recebido no acervo líquido incorporado (Nota 1.1)	5.752	49.135	74.538	26.631	10.763	166.819
Aquisições	-	-	11	4	25.476	25.491
Baixas	-	(7)	(1.091)	(413)	(26)	(1.537)
Depreciações	-	(2.123)	(13.964)	(5.429)	-	(21.516)
Transferências para o intangível	-	-	-	-	(47)	(47)
Transferências	-	290	4.699	3.039	(8.028)	-
Saldo contábil, líquido	5.752	47.295	64.193	23.832	28.138	169.210

A conta outros é composta por caminhões, implementos, instalações, móveis e utensílios, tratores e veículos. Em agosto de 2022 a Companhia realizou inventário físico do imobilizado, renovando e identificando todos os bens fixos da empresa, requisito fundamental para assegurar a veracidade das demonstrações contábeis e tomadas de decisões, relacionadas ao imobilizado. O inventário gerou uma perda contábil de R\$ 1.373, sem efeito de caixa, registrado na rubrica outras receitas e despesas operacionais.

13. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores - mercado interno	12.894	-
Fornecedores - mercado externo	3.307	-
	16.201	-

14. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2022	2021
Passivo circulante		
Saldo de compras de produtos	1.939	-
	1.939	-
Custos e despesas por natureza		
Compra de madeira	11.896	-
Arrendamento de instalações	3.228	-
	15.124	-

Remuneração do Pessoal-chave da Administração O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços são:

	2022	2021
Salários e pró-labore	3.993	-
Encargos sobre salários e pró-labore	799	-
	4.792	-

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moedas	Vencimentos	2022	2021
ACCs	USD	01/2023 a 11/2026	233.562	-
CPR-Fs	USD	01/2023 a 09/2027	84.684	-
			318.246	-

Parcela circulante 133.557 -
Parcela não circulante 184.689 -

ACCs - Adiantamentos de Contrato de Câmbio. CPR-Fs - Cédulas de Produto Rural com liquidação financeira. Os contratos apresentados pela Companhia estão atualizados pela taxa PTAX de venda na data de 31 de dezembro de 2022. **Garantias e Covenants** As operações contratadas da companhia são livres de garantias, avais, ou vinculação de quaisquer outras obrigações. Uma das operações contratadas em 2021, incorporadas da reestruturação societária, possui operação fixado, sendo que a Companhia atendeu a expectativa no exercício findo. A companhia concluiu o ano com disponibilidades (Nota 5) acima do endividamento bancário bruto.

(b) Reserva de Capital Em 28 de fevereiro de 2022, a Companhia constituiu R\$46.564 de reserva de capital pela absorção de Acervo líquido cindido superior ao aumento de capital, decorrente da reestruturação societária da empresa Araupel S/A (Nota 1.1a). **(c) Reservas de Lucros (i) Reserva Legal** Em conformidade com o Estatuto da Companhia a reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital. **(ii) Reserva de Lucros a Realizar** Reserva a realizar de acordo com a aprovação do Conselho de Administração e assembleia geral. **(d) Dividendos** Em conformidade com o Art.202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia, está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido apurado no exercício ajustado na forma da lei.

Lucro líquido do exercício 105.315
Constituição da reserva legal - 5% 5.266
Lucro líquido do exercício base para dividendos 100.049
Dividendos mínimos estatutários - 25% 25.012
Dividendos adicionais propostos 14.988
Lucro líquido do exercício destinado as reservas 65.315

Os Dividendos mínimos obrigatórios serão pagos em abril de 2023 e os dividendos adicionais serão pagos em novembro de 2023. **(e) Lucro por Ação (i) Básico e diluído** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	105.315	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	2.268.284	1
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,05	-

Não há itens de diluição no cálculo do lucro por ação, portanto o valor do lucro por ação básico e diluído são iguais.

18. RECEITA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Vendas brutas de produtos e serviços	640.419	-
Devoluções e abatimentos	(2.241)	-
Impostos sobre vendas	(4.508)	-
	633.670	-
Mercado interno	39.747	-
Mercado externo	593.923	-
Receita líquida	633.670	-

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2022	2021
Custos fixos e variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e outros)	(191.466)	-
Gastos com pessoal	(86.856)	-
Depreciações e amortizações	(21.154)	-
Despesas portuárias e fretes sobre vendas	(141.881)	-
Energia elétrica	(16.569)	-
Serviços prestados por terceiros	(8.818)	-
Arrendamento	(3.278)	-
Ganho (Perda) na baixa e alienação de imobilizado (Nota 12)	(1.373)	-
Outros gastos	(162)	-
Total	(471.557)	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Millpar S.A.
Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Millpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millpar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos

nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Adriano Machado
Contador
CRC 1PR042584/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ETTORE BASTOS BASILE - Presidente
LUCIANA GIACOMET BORIN - Conselheira
SÉRGIO RODRIGUES - Conselheiro
ENIO MARODIN - Conselheiro
HÉLIO ENIR MARODIN - Conselheiro

DIRETORIA

NORTON LUIS FABRIS - Diretor Executivo
ETTORE GIACOMET BASILE - Diretor Administrativo Financeiro
GIAN CARLO ALMEIDA MARODIN - Diretor Comercial
ADELTON JOSÉ ROSETTO - Diretor Industrial

CONTROLADORIA

JEFFERSON JULIANO MOTTA
Contador - CRC - PR - 056242/O-2